

ACTA Nº 26

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20-05-96

Aos vinte dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e noventa e seis, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu ordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Engº Vitor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Drª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Engº Eduardo Belmiro Torres do Couto, Sr. João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto, Eduardo Elisio Silva Peralta Feio e Maria Natália da Silva Abrantes Vieira da Silva.

Pelas 14 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 17 de Maio, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais - trezentos e dezasseis milhões duzentos e vinte e seis mil quarenta e sete escudos e dez centavos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria - onze milhões seiscentos e quarenta e nove mil quinhentos e noventa e nove escudos; Receita do dia em operações orçamentais - cinco milhões duzentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta escudos e cinquenta centavos; Receita do dia em operações de tesouraria - duzentos e cinco mil quatrocentos e trinta e três escudos; Despesa do dia em operações orçamentais - cento e dois milhões novecentos e vinte e dois mil novecentos e setenta e sete escudos e cinquenta centavos; Despesa do dia em operações de tesouraria - oito mil e cem escudos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais - duzentos e dezoito milhões quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta escudos e dez centavos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria - onze milhões oitocentos e quarenta e seis mil novecentos e trinta e dois escudos.

CÂMARA MUNICIPAL - REUNIÕES: - Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente propôs que, nos termos do que o permite o artº 19º do C.P.A., sejam

analisados alguns assuntos que não constam da ordem de trabalhos, o que merecem concordância, por unanimidade.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE: - Em sequência da distribuição efectuada na última reunião, estiveram presentes na Câmara elementos do Gabinete VENTURA DA CRUZ - ARQUITECTOS, adjudicatário do Plano de Urbanização da Cidade, a fim de fazerem a apresentação da 1ª fase do respectivo Relatório.

Os elementos do referido Gabinete responsáveis pela elaboração daquele documento fizeram uma longa explanação sobre o estudo, tendo, nomeadamente, referido que os pontos de partida do PU, que está a ser realizado em articulação com o PE, são os planos e estudos em curso, os novos factores e oportunidades, a cidade de hoje a que desejamos e como a podemos construir. Referiram, ainda, que o estudo engloba áreas de expansão ou já edificadas e pretende conjugar os projectos de desenvolvimento previstos para a cidade, a nível social, económico e cultural. Focaram alguns problemas e transformações recentes ocorridos na cidade, desde a sua relação com a Ria e Universidade o centro e as freguesias suburbanas, o património esquecido, as acessibilidades, o défice de animação, os espaços públicos qualificados e os equipamentos, referindo-se por diversas vezes a um aspecto que chamam de *três cidades* e que são, concretamente, a existente, a nascente e a Forca-Vouga. Debateram-se pelo aspecto de reabilitar a cidade, falando dos novos factores para Aveiro e realçaram, ainda, outras oportunidades como a ligação ao ICI, através do eixo estruturante, a proximidade com Ílhavo, os equipamentos que aparecem junto à Ria, o parque verde, a linha do metro, a Avenida Lourenço Peixinho e a necessidade de criar espaços que permitam a aproximação dos cidadãos. A propósito da zona urbana atravessada a meio pela EN 109 disseram que se torna necessário diluir a fronteira e unir as duas cidades. Referiram, ainda, que é preciso potenciar a atractibilidade produtiva e empregadora da cidade apostando nas zonas industriais. Aludiram também à necessidade de se aproveitarem equipamentos como a Lota ou o Tir-Tif não podendo, contudo, descurar-se a evolução da cidade em direcção a zonas como as Barrocas e a Forca-Vouga. Levantaram algumas preocupações que terão que ser tidas em conta, de um modo particular sobre o controle do processo de construção da cidade, o papel da autarquia e da iniciativa privada e salientaram a necessidade de se assumirem políticas (política de solos/intervenção no mercado de solos/contractualização/negociação com os agentes).

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Presidente que se referiu à importância do estudo ora apresentado, que pretende animar e alargar o espaço da cidade e mostrou a sua satisfação pelo facto de se caracterizar a 109 como um eixo principal, como uma nova fase que fará a ligação dos dois lados da cidade. Questionou sobre o

futuro do lado de lá do IP5, se deve ou não fazer parte da cidade e que tipo de intervenção será mais aconselhada para aquela área, entendendo que, mais tarde ou mais cedo, a Câmara terá que intervir naquela zona pelo que, em termos de futuro, a mesma deverá ter que ser integrada neste plano de urbanização.

De seguida, o Vereador Sr. Dr. Mendonça perguntou quais os principais pontos de clivagem entre este Plano e o Plano Estratégico, ao que o Arquitecto Ventura da Cruz informou que se procurou não criar divergências com os Gabinetes, e que o Plano Estratégico não é um Plano de Urbanização. Disse que se registaram, com alguma preocupação, as intenções municipais, algumas medidas, alguns equipamentos que, obviamente, serão preocupações comuns a todos os projectistas dos Planos em curso e, naturalmente, terá que haver alguns ajustamentos, mas que se irá procurar, não criar quaisquer confrontos.

Também no uso da palavra, o Vereador Sr. Eng^o Vítor Silva perguntou o que se pretende propôr para o espaço situado entre a lota e o IP5, qual o aproveitamento que se vai fazer para a lota e qual o seu relacionamento com a cidade e, ainda, o que se prevê para o espaço entre o canal das Pirâmides e o Terminal Tir, admitindo que, com a expansão da Cidade para Sul, se teria talvez abandonando um pouco a ideia que inicialmente estava prevista. O Sr. Arquitecto Ventura da Cruz disse que, neste momento, ainda não existem situações concretas, embora a Ria revele capacidades que não convém esquecer, pelo que será uma questão que terá que ser vista em conjunto, pois trata-se de uma zona que não deve ser descurada.

Tomou de seguida a palavra o Vereador Sr. Eduardo Feio para dizer o seguinte: "Esta intervenção pretende apontar algumas questões decorrentes de uma leitura na diagonal do relatório diagnóstico do Plano de Urbanização que nos foi entregue recentemente. Antes de mais gostaria de confirmar se nos encontramos no fim da 1^a fase de elaboração do Plano de Urbanização, conforme a proposta do gabinete. Acho que neste momento nos encontramos, com esta apresentação, a dar o pontapé de partida para a discussão da cidade do séc. XXI e temos de ter isso em atenção. Se com a discussão do Plano Estratégico começamos a discutir qual a estratégia de desenvolvimento para Aveiro, com o Plano de Urbanização começamos a discutir qual a forma física que queremos para a cidade e com que qualidade queremos vir a viver. Não vou tornar a referir a necessidade de um grande esforço de compatibilização e concertação entre os planos e projectos que neste momento ocorrem na cidade. Gostava assim, desde já, de mais uma vez lançar a proposta de que a Câmara, aproveitando o esforço que está a realizar na área do planeamento, promova um encontro sobre a problemática das cidades médias em Portugal, isto numa fase em que nos encontramos quase a meio da aplicação do PROSIURB. Pode-se mesmo aproveitar as instalações do Centro de Congressos e envolver instituições como a ANMP e a CCRC para a realização deste evento. Sobre a questão da

delimitação da área de intervenção do PU parece-me importante a questão da inclusão da zona a Norte de Esgueira (Olho de Água e envolvente) e do alargamento até ao IC1. Outro aspecto fundamental é o da discussão no quadro de uma preocupação avançada sobre os planos realizáveis. Neste quadro, parece-me importante discutir o PP da Zona Desportiva e o da 109 e Zona Industrial de Taboeira. Vamos duplicar a população da cidade, como? No relatório as questões do ambiente parece-me que estão abordadas essencialmente ao nível do verde, zonas verdes, jardins, logradouros verdes, etc.. Acho que, se possível, era importante analisar o desenvolvimento da cidade à luz das novas teorias sobre a sustentabilidade urbana. Por fim e sobre a questão de uma cidade para todas as idades, parece-me que para além dessa perspectiva, era importante 'Construir uma cidade para todos', ou seja uma verdadeira cidade sem barreiras, com uma acessibilidade total, onde todas as pessoas com deficiências motoras ou visual ou que estejam momentaneamente reduzidas na sua mobilidade, se possam deslocar facilmente. Devia-se apostar em medidas passivas e activas com vista a atingir este desiderato (que obviamente trás vantagens comparativas para Aveiro enquanto centro urbano de qualidade). Medidas ao nível: 1 - do novo Regulamento Municipal de Obras Municipais; 2 - Regulamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; 3 - Acções de formação para técnicos camarários na área da eliminação de barreiras arquitectónicas e no desenho da cidade de acessibilidade total; 4 - Acções em edifícios camarários, rebaixamento de passeios e definição de trajectos urbanos de acessibilidade total, etc.. Devemos assim aproveitar também este momento de investimento intenso no planeamento urbano para construir 'Aveiro sem Barreiras'. Estas são assim algumas questões e sugestões que me parecem importantes apontar nesta fase de início de discussão do PU da cidade".

A Vereadora Dra. Maria da Luz abordou a expressão "diluir fronteiras entre áreas de expansão", utilizada pelo exponente que considera importantíssima, embora ache que o diluir de fronteiras deverá ter em conta não o descaracterizar de algumas áreas e não o destruir das rivalidades que já são históricas entre as Freguesias e os seus Presidentes. Sobre a recuperação das áreas históricas e a sua conservação e valorização questionou como será isso possível quando, à partida, se sabe que há hábitos enraizados que são difíceis de ultrapassar, nomeadamente os da vivência da população, face à animação nocturna destas zonas, ou aos agentes comerciais ali instalados, ou aos meios publicitários que utilizam. Quanto ao relacionamento com a Ria, acha que há muita insensibilidade por parte da comunidade pois pouca gente se relaciona com a Ria, pelo que é difícil recuperar um espaço destes. Acha que é preciso humanizar o espaço da cidade e que a sua escala seja pensada para pessoas e não para obras de arte que fiquem para a posteridade.

O Sr. João dos Santos referiu-se, também ao aspecto de virar a cidade para a Ria. Embora seja uma bandeira que se defende há muito anos, verifica-se que há

uma vocação em não projectar nada virado para a Ria e que é preciso uma grande força de vontade dos projectistas para poderem ultrapassar essa barreira.

O Sr. Presidente finalizou dizendo que em face das exposições feitas se verifica que todos comungam da mesma preocupação com referência a tudo aquilo que diz respeito à Ria e, de modo particular, salientou a vivência que se tem tido com a cidade de Ílhavo, em termos deste Plano de Urbanização e do Plano Estratégico. Agradeceu ao Gabinete a explanação efectuada e o brilhantismo posto na apresentação do trabalho, e vincou a necessidade de interligação entre este trabalho e todos os outros em curso nesta área do planeamento.

CONSELHO CONSULTIVO DA JUVENTUDE: - O Vereador Sr. Eduardo Feio questionou o Vereador Sr. Eng^o Belmiro Couto sobre o acontecimento que ocorreu no passado fim de semana, relativo ao Forum da Juventude.

O Sr. Vereador Eng^o Belmiro Couto esclareceu que o que se realizou foi uma reunião do Conselho Consultivo da Juventude, alargada a todas as organizações de Juventude do Município com as quais temos diálogo, e às diversas associações de estudantes e Associações Juvenis e na qual foram debatidas várias questões que estavam em agenda, nomeadamente relacionadas com o Forum da Juventude, a Semana da Juventude e algumas questões de política genérica.

O Sr. Vereador Eduardo Feio referiu que, aquando da votação da criação do Conselho Consultivo da Juventude ficou com a ideia que era um Conselho Consultivo para o Vereador e que, por esse motivo votaram contra a sua constituição. Esta reunião agora já foi alargada e ao que parece foi no sentido de aproximar este Conselho mais de um Conselho Consultivo Municipal, pelo que perguntou se este alargamento se considera uma inflexão da política inicial, aquando da criação.

O Sr. Vereador Eng^o Belmiro Couto respondeu que o alargamento verificado nesta última reunião foi resultado do que foi proposto em reunião anterior, onde por sua sugestão e de outros representantes de associações presentes, se propôs o alargamento a outras instituições, havendo claramente uma condução de trabalhos de Conselho Consultivo responsável da área de Juventude na Câmara, o que não invalida que a própria Juventude possa ter uma iniciativa de desenvolver o seu próprio Conselho.

De novo no uso da palavra, o Vereador Sr. Eduardo Feio louvou esta iniciativa de alargar e aumentar a participação do Conselho Consultivo da Juventude do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Aveiro e formulou votos para que o caminho que vier a ser traçado seja no sentido de se criar um verdadeiro Conselho de Juventude que dê apoio, dê ideias e incentive o fortalecimento de uma verdadeira política municipal de juventude.

O Vereador Sr. Eng^o Belmiro Couto referiu que pensa que isso já aconteceu, que a reunião realizada foi extremamente produtiva. Espera, numa próxima reunião, fazer um debate alargado com os Membros de Câmara, para que possam também ter a sensibilidade do diálogo directo com a Juventude.

Seguiu-se, ainda, troca de impressões, na qual o Sr. Presidente referiu que o Conselho de Juventude não pode ter uma acção somente política mas sim concretizar as ideias dos jovens e debruçar-se sobre todos os assuntos que dizem respeito à sociedade em geral e apresentar ideias para futuro, que a Câmara deverá acompanhar e apoiar, pois eles poderão ter dificuldades em alcançar os seus objectivos.

A Vereadora Dra. Natália Abrantes entende que os jovens têm grandes capacidades e uma grande força de reflexão e de construção, pelo que não deve ser depreciada a sua contribuição em termos de Conselho Consultivo, entendendo que não deve desvalorizar-se a sua capacidade construtiva e de mudança. Acha que a Câmara terá que assumir o trabalho positivo que está a fazer em termos de abertura e de integração dos jovens, sendo testemunho disso, os acontecimentos e as iniciativas já ocorridas e integrados nas Festas do Município.

CAPITANIA DO PORTO DE AVEIRO: - Na sequência da deliberação tomada na última reunião, sobre o estado de degradação do Edifício da Capitania, o Sr. Presidente deu conhecimento público das preocupações do Município nesta matéria e fez a leitura de um relatório, cujo texto fica junto à presente acta, e que foi elaborado com base nas diligências que têm vindo a ser feitas desde Janeiro de 1991, até à presente data, no sentido de se tentar recuperar o Edifício do Capitania, nomeadamente desde que o mesmo ficou devoluto, por força da entrada em funcionamento das novas instalações no Forte da Barra. Em súmula, o documento em causa, refere todos os contactos efectuados com as diversas entidades envolvidas, particularmente, com o Ministério da Defesa, os Chefes do Estado Maior da Marinha, e do Estado Maior do Exército, e o próprio Capitão do Porto de Aveiro, a fim de se saber qual o destino a dar ao imóvel, processo em que também esteve envolvida a Universidade de Aveiro. O Sr. Presidente referiu, ainda, ser do seu conhecimento que a Firma CONCASA, construtora do prédio contíguo, terá já assumido os encargos com as reparações resultantes dos danos que, comprovadamente, resultaram da execução da obra, não obstante saber-se estar a decorrer um processo em tribunal.

A finalizar o Sr. Presidente referiu-se à recente vistoria efectuada pelos técnicos municipais, a qual conclui que a situação do imóvel é preocupante, tendo já sido dado conhecimento deste documento ao Senhor Capitão do Porto de Aveiro para que, junto das instâncias superiores, seja dada a conhecer esta situação.

HABITAÇÃO SOCIAL: - A Câmara registou a presença da Senhora D. Lídia Assis Rocha Tavares e ouviu a exposição pela mesma apresentada, relativamente às dificuldades sociais que atravessa e à necessidade que a mesma apresenta em termos de carência habitacional. Por unanimidade, foi deliberado que os Serviços Sociais façam o acompanhamento da situação exposta.

FESTAS DO MUNICÍPIO: - A Vereadora Dra. Maria da Luz deu conhecimento da relação das despesas efectuadas com as Festas do Município, cujo montante ascendeu à importância de quatro milhões cento e setenta e seis mil escudos, e informou que a Rota da Luz participou com o montante de dois milhões de escudos tendo a Câmara assumido a diferença, a coberto da verba de três milhões de escudos inscrita no Plano de Actividades.

De seguida, ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Engº Belmiro Couto.

ENCONTRO COM MÚSICAS: - Em seguimento da deliberação tomada na reunião de 13 de Maio, corrente, que aprovou o programa do evento em epígrafe, a Vereadora Dra. Maria da Luz propôs a transferência para o Círculo de Arte e Música de Aveiro, na qualidade de suporte jurídico do Encontro, da quantia de dois milhões de escudos por conta da verba de três mil contos constante do Plano de Actividades, a qual se destina a ocorrer às primeiras despesas com a preparação do acontecimento.

Chegou de novo à reunião o Vereador Engº Belmiro Couto.

De seguida, iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

ILUMINAÇÃO DECORATIVA DA TRAVESSA DO ROSSIO, LARGO DA PRAÇA DO PEIXE E RUA TENENTE RESENDE: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 15 de Abril, último, foram presentes as propostas apresentadas com vista à realização da empreitada em epígrafe, as quais foram numeradas do seguinte modo, de acordo com a entrada nos Serviços: Nº 1 - JOÃO SANTOS & COELHO, LDA.; Nº 2 - IRMÃOS HELENO, LDA.; Nº 3 - JOSÉ MANUEL VIEIRA SARAIVA; e Nº 4 - AVEISEC - Empreiteiros, Lda..

De seguida foram abertos os envelopes que continham os documentos, tendo-se verificado que todos estavam em conformidade com o exigido no programa de concurso, após o que de imediato se passou à abertura das respectivas propostas,

as quais indicaram os seguintes valores acrescidos de IVA: Nº 1 - dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e sessenta escudos; Nº 2 - dois milhões quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos escudos; Nº 3 - dois milhões seiscentos e sessenta e um mil e quatrocentos escudos; e Nº 4 - dois milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta escudos.

Foi deliberado, por unanimidade, remeter o processo à Comissão de Análise para estudo dos valores apresentados com vista a ulterior resolução.

ESGOTOS DOMÉSTICOS DO CONCELHO DE AVEIRO

SANEAMENTO DA ZONA DE ARADAS - 2ª FASE: - Foi presente o processo de concurso relativo à empreitada em epígrafe, aberto por deliberação de 15 de Janeiro, do ano em curso, e ao qual se candidataram as seguintes Firmas; Nº 1 - HENRIQUES, FERNANDES & NETO, LDA.; Nº 2 - IPEBAL - Construções e Obras Públicas, Lda.; e Nº 3 - VIEIRAS, LDA.. Em seguida procedeu-se à abertura e análise dos documentos, os quais foram achados em conformidade, após o que, de imediato, se passou à abertura das propostas, que indicaram os seguintes preços: Nº 1 - setenta e oito milhões treze mil cinquenta e seis escudos; Nº 2 - setenta e nove milhões três mil trezentos e setenta e seis escudos; e Nº 3 - setenta e quatro milhões trinta e seis mil noventa e um escudos, e proposta condicionada de igual valor para um prazo de execução de 120 dias.

Por unanimidade, foi deliberado que o processo seja objecto de estudo por parte da Comissão de Análise, com vista a posterior adjudicação.

TRAVESSIA PARA S. JACINTO: - O Sr. Presidente deu conhecimento ao restante Executivo de uma petição subscrita por vários moradores e utentes da freguesia de S. Jacinto, e enviada ao Senhor Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, em que é reiterado o pedido no sentido de ser construída uma ponte, que garanta a ligação de facto e directa entre aquela freguesia e a cidade de Aveiro, dado que são muitas as vantagens advenientes, não só a nível profissional como educacional.

Foi deliberado, por unanimidade, que a Câmara se debruce sobre o assunto, a fim de poder pronunciar-se na oportunidade.

A propósito do assunto em questão, o Vereador Sr. Eduardo Feio referiu-se à proposta por diversas vezes apresentada pelo então Vereador Dr. Nogueira de Lemos, no sentido de se promover uma reunião extraordinária para debate de assuntos ligados à freguesia de S. Jacinto, tendo admitido que seria agora a altura oportuna para o efeito. De seguida o mesmo Sr. Vereador perguntou qual a situação do Plano de urbanização de S. Jacinto e do Plano de Pormenor da Frente Ria, tendo o

Sr. Presidente, informado que este último foi já recebido na Câmara e que será, oportunamente analisado.

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento dos seguintes autos de vistoria e medição de trabalhos:

- 2ª Situação da obra "Infraestruturas na Zona Industrial de Mamodeiro - Rede de Esgotos Domésticos e Pavimentação", adjudicada a Vitor de Jesus Rodrigues de Almeida, pela quantia de onze milhões quinhentos e três mil e duzentos escudos;

- 1ª Situação e única da obra "Arranjos Exteriores e Infraestruturas Eléctricas do Pavilhão Dr. Jaime Magalhães Lima", adjudicada a CIMAVE - Construtora e Imobiliária de Aveiro, Lda., da quantia de três milhões cento e dezassete mil trezentos e cinquenta e dois escudos;

- 4ª Situação e 4ª de trabalhos normais da obra de "Construção do Centro de Saúde de Aveiro - 2ª Fase" adjudicada a Empreiteiros Casais, da quantia de vinte e sete milhões duzentos e trinta mil trezentos e catorze escudos;

- 1ª Situação de trabalhos normais - PG -Venda, da obra "Construção de 8 Habitações Sociais Unifamiliares em Eírol", adjudicada a Afonso Gomes dos Reis, da quantia de um milhão novecentos e noventa e seis mil setecentos e oitenta e quatro escudos;

- 1ª Situação - trabalhos normais - PG IGAPHE" da mesma obra, da quantia de três milhões quarenta e três mil setecentos e dezoito escudos;

- 1ª Situação - trabalhos normais SP, da mesma obra da quantia de um milhão trezentos e doze mil e quinhentos escudos.

AQUISICÕES: - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento do material constante das seguintes aquisições: Serviço requisitante 03 - Nº 172/96 da quantia de cento e trinta e nove mil novecentos e quinze escudos; Serviço requisitante 06 - Nºs. 1072, 1114, 1134, 1140, 1146, 1151, 1157, 1161 e 1173/96 das quantias, respectivamente, de duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e noventa e seis escudos, duzentos e cinquenta mil trezentos e um escudos, cento e dezassete mil duzentos e oitenta e um escudos, cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco escudos, cento e dezoito mil quinhentos e noventa e um escudos, duzentos e noventa e dois mil setecentos e noventa e dois escudos, cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco escudos, cento e noventa mil e trezentos escudos, duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e vinte e um escudos e setecentos e trinta e quatro mil cinquenta e oito escudos; Serviço requisitante 09 - Nº 192/96 da quantia de cento e dois mil e oitenta e nove escudos e cinquenta centavos.

HABITAÇÃO - QUINTA DO GRINÉ E CALÃO - ATRIBUIÇÃO DE

FOGOS: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 22 de Janeiro, último, foi presente a lista de classificação provisória dos concorrentes que, oportunamente, se habilitaram ao concurso para arrendamento de 8 fogos, na freguesia de Santa Joana, a qual, por unanimidade, foi deliberado, considerar aprovada e vai ser submetida à reclamação no período de 22 a 30 de Maio.

BENEFICIAÇÃO DA EN 230 ENTRE ESGUEIRA E EIROL - Face

às informações prestadas pelos Directores do Departamento de Obras Municipais e dos Serviços de Águas e Saneamento, no sentido de se proceder ao prolongamento da rede colectora de saneamento, desde a rotunda da Zona Industrial de Taboeira até à Urbanização dos Montes de Azurva e considerando que há todo o interesse em que os trabalhos sejam executados pela Firma adjudicatária da empreitada inicial, dado que, em termos técnicos é absolutamente imprescindível que seja só uma entidade com responsabilidade na respectiva execução, quer em termos de pavimentação, quer em termos de saneamento básico, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o disposto na alínea b), do artº 52º, do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro, adjudicar, na modalidade de ajuste directo à Firma JOAQUIM ALVES SUCRS, LDA., a execução da referida empreitada, pela quantia total de vinte e três milhões setecentos e noventa e dois mil setenta e nove escudos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, contactar o referido empreiteiro com vista à celebração do respectivo contrato.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS - SINALIZAÇÃO

INTERIOR: - Face à informação prestada pelo técnico responsável, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso limitado para a sinalização interior do edifício em epígrafe, nomeadamente identificação das salas, cujo valor estimado se cifra na quantia de um milhão de escudos.

Foi também deliberado, por unanimidade, aprovar o respectivo caderno de encargos e programa de concurso, juntos.

LICENCAS DE OBRAS: - Presente, de novo, o processo nº 192/88, de

Centro de Squash de Aveiro. Foi deliberado, por unanimidade, convocar os interessados para uma reunião conjunta com a Câmara e os técnicos municipais, a fim de que posteriormente possa ser tomada uma resolução sobre o processo;

- Presente, também, o processo nº 636/94, de *Belmiro Dinis Ferreira Canha*, a requerer informação prévia sobre a viabilidade de construção na Estrada de

S. Bernardo. Tendo em vista o teor da informação da Divisão de Obras Particulares, de 15 do corrente, foi deliberado, por unanimidade, deferir nos termos e condições constantes da mesma.

- No seguimento da deliberação tomada em 18 de Março, findo, relativa ao processo nº 651/94 de *Marcolino Alves Miguel* e em face da informação do DPGP nº 325/96, de 13 de Maio, foi deliberado, por unanimidade, rectificar a referida deliberação na parte respeitante à área do terreno permutada com o requerente e destinada a integrar no domínio público, porquanto a mesma possui a área de 611 metros quadrados.

GARANTIAS BANCÁRIAS - CANCELAMENTO: - Face aos pedidos formulados pela Firma Rosas Construtoras, Lda., e às informações prestadas pelo técnico municipal competente foi deliberado, por unanimidade, autorizar o cancelamento das garantias bancárias nºs. PT - 88686, PT - 89114, AD - 92677, AD - 93483, AD - 93484 e AD - 93696 das quantias, respectivamente, de um milhão oitocentos e sessenta e seis mil cento e sessenta escudos, um milhão oitocentos e sessenta e seis mil cento e sessenta escudos, oitocentos e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta escudos, quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e cinquenta escudos, um milhão trezentos e setenta e três mil escudos e quinhentos e noventa e três mil e seis escudos, passadas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, referentes à obra de "Construção da Circular de Esgueira - 1ª Fase".

- Mais foi deliberado, também por unanimidade, autorizar o cancelamento das garantias nºs 73602 e AD - 94307, das quantias de duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e um escudos e trezentos e cinquenta e nove mil e sessenta e quatro escudos, passadas pelos Bancos Borges & Irmão e Pinto & Sotto Mayor, respectivamente, respeitantes à obra de "Arruamentos na Urbanização Sá-Barrocas".

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: - Face à factura apresentada, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da quantia de quarenta e sete mil e quinhentos escudos ao Engº Carlos Manuel Vieira Magalhães, referente à prestação de serviços, na área da informática, na secção de obras desta Câmara Municipal, durante o período de 28 de Março a 27 de Abril, último.

JUNTA DE FREGUESIA DA GLÓRIA:- Face ao teor do ofício da Junta de Freguesia da Glória foi deliberado, por unanimidade, autorizar a transferência da verba de quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos escudos, destinada a comparticipar nas despesas de colocação de 15 aros aéreos no Bairro de Santiago, durante a época natalícia.

JUNTA DE FREGUESIA DE NARIZ: - Face ao ofício da Junta de Freguesia de Nariz e à informação prestada pelo técnico municipal competente, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência para a mesma, da importância de trezentos e quarenta e três mil trinta e dois escudos, destinada ao pagamento das despesas de fornecimento de elementos mobiliários, para a Biblioteca Popular da Freguesia de Nariz.

JUNTA DE FREGUESIA DE ESGUEIRA: - Considerando o ofício apresentado pela Junta de Freguesia de Esgueira e a informação prestada pela DOM, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a transferência para a mesma da importância de seis milhões oitocentos e dezassete mil quatrocentos e quarenta escudos, destinada ao pagamento de uma factura referente a trabalhos de Pavimentação em Taboeira, nomeadamente a Rua da Condessa e Rua dos Pergotinhos.

Entretanto ausentou-se da reunião, a Vereadora Dra. Natália Abrantes.


FORNECIMENTOS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉCTRICO:
- Na sequência da deliberação tomada na reunião realizada em 6 de Maio, corrente, em que se procedeu à abertura das propostas com vista ao fornecimento de material eléctrico diverso, foi de novo presente o respectivo processo, acompanhado da informação prestada pela Comissão de Análise, na qual se propõe a adjudicação à Firma nº 2 - ELECTRIFICADORA 5 BICAS, LDA..

Foi deliberado, por unanimidade, concordar com o teor da referida informação e adjudicar o fornecimento à já citada Firma ELECTRIFICADORA 5 BICAS, LDA., pelos valores constantes da respectiva proposta, que aqui se dão como transcritos.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o nº 4, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

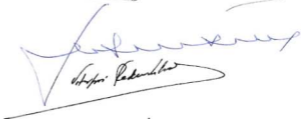
E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.
Eram 18 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,  ,Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subscrevo.



Excmo. Sr. C. M. C. A.

João Paulo > Albuquerque



António Pedro

- A Guessa tomou
conhecimento.



Câmara Municipal de Aveiro

NOTA SOBRE O EDIFÍCIO DA CAPITANIA DE AVEIRO

13/Jan/91

Foi enviado à Câmara, pela Capitania do Porto de Aveiro, o ofício nº 1691, Procº E. 21.04, através do qual era referido que, devido ao facto de entrar em funcionamento no primeiro trimestre de 1992 o novo edifício da Capitania, no Forte da Barra, admitia a Marinha a possibilidade da transferência de todos os seus serviços para aquele nova infra-estrutura, ficando somente em funcionamento o rés-do-chão e alojamento para três sargentos e arquivo, admitindo-se assim, caso fosse entendido por ambas as partes, o início de negociações, tendo em vista a possível aquisição por parte da Câmara, em condições que nesse mesmo ofício são postas e que são:

- Uma moradia em zona nobre da cidade para residência do Capitão do Porto, um andar para alojamento dos três sargentos e um anexo a construir junto das instalações da Capitania.

06/ABRIL/92

Foi o assunto posto a reunião de Câmara que, por unanimidade, concordou em princípio com a proposta feita pela Marinha, comprometendo-se o Senhor Presidente a dar nota do andamento das negociações. Foi proposta a permuta pela vivenda, um T3 em Santiago e um anexo para o barco.

Pelo telefone, em 3/12/93, fomos informados que o assunto ia ser submetido à apreciação do Chefe do Estado Maior da Armada.

Em 17/12/92 recebeu-se telefonema do Senhor Almirante N. Carvalho informando que a propostas tinha sido apresentada ao Chefe do Estado Maior da Armada.

A 29/01/93 estabeleceu-se novo contacto sobre este assunto.

9-384

19/FEV/93

Pelo ofício nº 877, a Câmara oficia ao Senhor Capitão do Porto de Aveiro informando-o do interesse na aquisição do edifício, sendo salientado as dificuldades de ordem orçamental de momento mas admitindo a possibilidade de permuta como forma de pagamento, situação esta que nunca chegou a concretizar-se, por impossível.

21/ABRIL/93

Como anteriormente se refere e porque não foi concretizada a negociação com a Câmara, a Marinha contacta a Universidade de Aveiro no sentido de saber do interesse ou não na aquisição do edifício em questão, propondo-lhe as mesmas condições que tinham sido feitas à Câmara. Por ofício da Capitania, nº 471, de 27 de Abril, é dado conhecimento à Câmara desta situação, afirmando-se mesmo ser necessário garagem para dois carros, paiol para armamento ligeiro, armazém a construir com as dimensões suficientes para compartimentos para arquivo documental, artigos de limpeza do edifício, paiol de electricidade, etc.

A 18/05/93, por contacto informal com a Universidade tomamos conhecimento que o Senhor Reitor não aceitaria as condições propostas. A Câmara Municipal decide não continuar com as negociações aguardando qualquer nova iniciativa da Marinha(2/6/93).

Decorrido todo este lapso de tempo, o edifício continua devoluto e a degradar-se, dia a dia, situação esta que é do conhecimento público e tem sido largamente referenciada pela comunicação social, conforme se pode verificar.

22/MAR/94

Porque tal situação começou a preocupar a Câmara e esta, como lhe compete, determinou uma vistoria à segurança do edifício, dadas as visíveis fissuras que o mesmo já apresentava em toda a sua volta, com tendência a aumentar, muito provavelmente devido à construção que nas proximidades começou a ser executada e continua ainda neste momento em curso. Os peritos concluíram, no entanto, que o edifício não ameaçava ruína.

Aliás já antes do início da obra da Concasa. A C.M.A. ordenou uma vistoria técnica.

À Partir desta data foram regularmente feitas visitas ao edifício além de diversos contactos com o Senhor Capitão do Porto (e outras entidades como a Concasa) (Engº Higino, Engº Nelson e Arqº Emilia Lima). (auto anexo ao processo)

07/JAN/95

Entretanto e nesta data, deslocou-se a Aveiro o Senhor Almirante-Director das Infra-estruturas da Marinha, o qual teve uma reunião com o Senhor Capitão do Porto, e com a Concasa, na Câmara Municipal reunião esta que teve como objectivo saber o destino a dar ao edifício da Capitania, face ao estado de degradação em que se encontrava.

Nessa reunião a firma Concasa, dono da obra que se encontra em curso nas imediações da Capitania, disse assumir todas as reparações que se provar terem resultado da execução desta mesma obra, tendo até sido mesmo alvitrada a hipótese de, de novo, a Capitania vir a funcionar nestas instalações. Por sua vez o Senhor Presidente da Câmara prometeu, pela sua parte, o apoio possível da Câmara, tendo-se admitido a recuperação conjunta.

Mais ficou aceite que a Marinha assumiu a recuperação, a Concasa assumiu a reparação e manutenção, a Teixeira Duarte apoiaria a elaboração do projecto da recuperação.

A C.M. participava financeiramente na recuperação e admitiu-se ainda a participação da U.A. que ali desejaria instalação.

10/JUL/95

Entretanto nesta data e em reunião de Câmara, referiu-se mais uma vez ao edifício da Capitania, o qual continua em inclinação. Por tal facto, foi deliberado enviar um fax à Direcção-geral da Marinha, para se saber do ponto da situação, em relação a este edifício.

21/08/96

Teve lugar uma reunião efectuada na Câmara Municipal com representantes da Marinha da Concasa e da Teixeira Duarte e em que foi dito:

- A Marinha está interessada em manter a residência do Capitão do Porto, podendo o outro piso ser recuperado pela C.M.A.
- Embora a Concasa tenha assumido em reunião de 7 de Janeiro os encargos com as reparações resultantes dos danos que comprovadamente resultem da execução da obra nova, deu indicação para a Companhia de Seguros do Empreiteiro ainda não admitiu os respectivos encargos.
- A Concasa aguarda o relatório da Comissão de Peritagem da Seguradora.
- Deu um orçamento previsível de 150 000 contos, para as obras de restauro do edifício, tendo mesmo chegado a ser encarada uma distribuição de encargos financeiros pelas três partes:

- Marinha 20 000 contos
- C.M.A. 50 000 contos
- Concasa e Teixeira Duarte 80 000 contos.

A Teixeira Duarte embora pense que os danos da estrutura são anteriores à obra, Assume de imediato a reparação dos danos visíveis (rebocos, pinturas e refechamento de fissuras)

25/07/96

Na sequência dos contactos anteriores a Direcção das Infra-Estruturas da Marinha informa que a Concasa lamentando que esta não tenha avançado com o projecto para a recuperação e ao mesmo tempo comunicando que propõe arrancar com as obras de restauro e estabilização.

25/Agosto/95

Nesta data é recebido o officio nº 9019, da Direcção de Infra-Estruturas da Marinha, datado de 21 de Agosto, através do qual é dado a conhecer a ausência de resposta por parte da Concasa, quanto à entrega do projecto, dificultando assim o início das obras de restauro. Neste mesmo officio é solicitado para que a Câmara mande proceder às medidas cautelares apropriadas, na área envolvente do imóvel, dado reconhecer-se já e existência de perigo para terceiros.

Entretanto após contacto do Senhor Presidente no Ministério da Defesa, o Senhor Director-Geral das Infra-estruturas, Dr. Elias Quadros, visita as instalações da Capitania, com os técnicos reconhecendo a necessidade de intervenção por parte do Ministério.

09/JAN/96

Quando da visita do Senhor Ministro da Defesa à Área Militar de S. Jacinto, o Presidente da Câmara teve com este Governante uma conversa informal sobre este assunto, alertando-o para a gravidade do problema, tendo o Senhor Ministro prometido ir ocupar-se sobre este assunto.

08/FEV/96

Senhor Presidente deslocou-se a Lisboa, onde se avistou com o Senhor Chefe do Estado Maior do Exército, com quem abordou também o problema da Capitania.

07/MAIO/96

Na sequência de tudo isto, foi feita a solicitada vistoria, tendo os técnicos concluído que a situação do imóvel é preocupante pelo que, deste facto, foi dado de imediato conhecimento ao Senhor Capitão do Porto de Aveiro para que, junto das instâncias superiores seja dado a conhecer esta situação, bem como ao Senhor Ministro d Educação Nacional.